

PODER E DISCIPLINA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA
POWER AND DISCIPLINE IN EDUCATION: A FOUCAULDIAN ANALYSIS
PODER Y DISCIPLINA EN LA EDUCACIÓN: UN ANÁLISIS FOUCAULTIANO

Carlos José de Melo Moreira¹
Verônica Lima Carneiro Moreira²

Resumo

A educação contemporânea enfrenta desafios relacionados à uniformização do pensamento, intensificados pelas mídias digitais, avaliações padronizadas e pelo uso indiscriminado de inteligências artificiais por estudantes, muitas vezes sem critérios éticos, comprometendo a formação de sujeitos críticos e autônomos. Nesse contexto, a pesquisa buscou responder à seguinte questão: como as categorias de poder e disciplina, discutidas por Michel Foucault, ajudam a compreender as práticas pedagógicas da escola contemporânea e os desafios que surgem com as tecnologias digitais e as inteligências artificiais? Para tanto, o estudo teve como objetivo geral analisar como as categorias foucaultianas de poder e disciplina contribuem para compreender o funcionamento da escola e seus efeitos sobre as práticas pedagógicas contemporâneas. A metodologia utilizada foi bibliográfica, com levantamento sistemático e análise crítica das obras de Michel Foucault e da literatura especializada sobre dispositivos disciplinares em instituições escolares. Foram examinados elementos como a organização do espaço e do tempo escolar, práticas avaliativas e mecanismos de governamentalidade, articulando essas práticas com conceitos foucaultianos centrais relacionados à produção de subjetividades, biopolítica e controle social. Os resultados indicaram que, embora a escola continue marcada por processos de vigilância e normatização, emergem possibilidades de resistência por meio de práticas pedagógicas diversificadas, críticas e participativas, capazes de promover autonomia, criatividade e valorização da pluralidade. Concluiu-se que o referencial foucaultiano oferece subsídios consistentes para problematizar o caráter disciplinador da escola e refletir sobre ambientes pedagógicos emancipatórios, nos quais tecnologias digitais e inteligências artificiais possam ser incorporadas de forma ética, crítica e inclusiva.

Palavras-chave: Subjetividade; Normalização; Biopolítica; Resistência; Controle.

Abstract

Contemporary education faces significant challenges related to the homogenization of thought, intensified by digital media, standardized assessments, and the indiscriminate use of artificial intelligence by students, often without ethical criteria, which compromises the formation of critical and autonomous subjects. In this context, the study sought to answer the following research question: how do Michel Foucault's categories of power and discipline help to understand contemporary school practices and the challenges posed by digital technologies and artificial intelligences? Accordingly, the general objective was to analyze how these Foucauldian categories contribute to understanding the functioning of the school and their effects on contemporary pedagogical practices. The methodology was bibliographical, involving a systematic review and critical analysis of Michel Foucault's works and specialized literature on disciplinary mechanisms in school institutions. The study examined elements such as the organization of school space and time, evaluative practices, and mechanisms of governmentality, articulating these dimensions with Foucauldian concepts related to the production of subjectivities, biopolitics, and social control. The results indicated that, although the school remains

¹ Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Educação, Professor Associado da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3116-3760>, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9019908682723815>, E-mail: carlos.moreira@ufma.br

² Pós-Doutora, Doutora e Mestre em Educação, Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3291-4784>, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7825456970088645>, E-mail: veronica.carneiro@ufma.br

marked by processes of surveillance and normalization, possibilities for resistance emerge through diversified, critical, and participatory pedagogical practices capable of fostering autonomy, creativity, and the appreciation of plurality. The study concludes that the Foucauldian framework provides consistent grounds for problematizing the disciplining character of the school and for reflecting on emancipatory pedagogical environments in which digital technologies and artificial intelligences can be incorporated ethically, critically, and inclusively.

Keywords: Subjectivity; Normalization; Biopolitics; Resistance; Control.

Resumen

La educación contemporánea enfrenta desafíos relacionados con la uniformización del pensamiento, intensificados por los medios digitales, las evaluaciones estandarizadas y el uso indiscriminado de inteligencias artificiales por parte de los estudiantes, muchas veces sin criterios éticos, lo que compromete la formación de sujetos críticos y autónomos. En este contexto, la investigación buscó responder a la siguiente pregunta: ¿cómo las categorías de poder y disciplina, discutidas por Michel Foucault, ayudan a comprender las prácticas pedagógicas de la escuela contemporánea y los desafíos que surgen con las tecnologías digitales y las inteligencias artificiales? Para ello, el estudio tuvo como objetivo general analizar cómo las categorías foucaultianas de poder y disciplina contribuyen a comprender el funcionamiento de la escuela y sus efectos en las prácticas pedagógicas contemporáneas. La metodología utilizada fue bibliográfica, con un levantamiento sistemático y un análisis crítico de las obras de Michel Foucault y de la literatura especializada sobre los dispositivos disciplinarios en instituciones escolares. Se examinaron elementos como la organización del espacio y del tiempo escolar, las prácticas evaluativas y los mecanismos de gubernamentalidad, articulándolos con conceptos foucaultianos centrales relacionados con la producción de subjetividades, la biopolítica y el control social. Los resultados indicaron que, aunque la escuela continúa marcada por procesos de vigilancia y normalización, emergen posibilidades de resistencia a través de prácticas pedagógicas diversificadas, críticas y participativas, capaces de promover autonomía, creatividad y valoración de la pluralidad. Se concluye que el referencial foucaultiano ofrece aportes consistentes para problematizar el carácter disciplinador de la escuela y reflexionar sobre ambientes pedagógicos emancipadores, en los cuales las tecnologías digitales y las inteligencias artificiales puedan incorporarse de manera ética, crítica e inclusiva.

Palabras clave: Subjetividad; Normalización; Biopolítica; Resistencia; Control.

1 INTRODUÇÃO

Michel Foucault (1926-1984), embora não tenha sido um teórico da educação, contribuiu de maneira significativa para esse campo. Suas diversas obras, e em especial suas palestras reunidas, tornaram-se referências importantes para compreender a realidade complexa na qual as sociedades e suas instituições estão imersas em diferentes processos de mutação, controle e descontrole. A relação entre poder e disciplina constitui um dos temas centrais nas reflexões do filósofo francês, cujo pensamento, desenvolvido a partir da segunda metade do século XX, influenciou de forma decisiva as ciências humanas e sociais, especialmente a pedagogia, ao problematizar a escola como uma instituição que não apenas transmite saberes, mas também molda subjetividades, disciplina corpos e estabelece normas de conduta.

Na contemporaneidade, a educação enfrenta desafios que ultrapassam os limites da sala de aula, atravessada por processos complexos de dominação cultural e padronização

comportamental. O avanço das tecnologias digitais e o uso crescente de inteligências artificiais introduzem formas sutis de vigilância, controle e normatização, muitas vezes apresentadas sob o discurso de inovação e eficiência. Esses mecanismos promovem um autoritarismo simbólico que impõe padrões homogêneos de pensamento e comportamento, restringindo a diversidade cultural, social e intelectual. A escola, concebida como espaço de formação e democratização do saber, encontra-se tensionada entre a promessa de emancipação e a reprodução de estruturas disciplinares. Avaliações padronizadas, rankings de desempenho, monitoramento digital e coleta de dados de aprendizagem funcionam como dispositivos contemporâneos de vigilância, moldando subjetividades e limitando a resistência. Além disso, a estigmatização de alunos considerados “desviantes”, a desigualdade de acesso a recursos pedagógicos e as intolerâncias socioculturais evidenciam que o espaço escolar não é neutro, mas permeado por relações de poder que produzem normalização e biopolítica, condicionando a participação e a construção de alternativas pedagógicas emancipatórias.

O pensamento foucaultiano oferece ferramentas analíticas essenciais para compreender a constituição social dos indivíduos e a função reguladora das instituições. Ele permite perceber a escola não apenas como transmissora de conhecimento, mas como dispositivo que intervém sobre corpos, práticas e subjetividades, articulando vigilância, controle e normalização. Estudar Foucault no contexto do século XXI possibilita identificar como tais mecanismos atravessam o cotidiano escolar, orientando comportamentos e criando padrões normativos que se apresentam como naturais, ao mesmo tempo em que abre espaço para práticas de resistência, criatividade e participação crítica.

Diferentemente de abordagens tradicionais da filosofia da educação, centradas na função instrutiva ou emancipadora da escola, Foucault adota uma perspectiva genealógica, examinando como práticas educativas se entrelaçam às estratégias de poder em diferentes contextos históricos e sociais. A escola, nesse prisma, surge como dispositivo de docilização, em que horários, provas, filas, registros e avaliações funcionam como instrumentos de conformidade e controle, moldando sujeitos que se ajustam às expectativas institucionais. Ao problematizar esses processos, a análise foucaultiana evidencia tensões entre dominação e resistência, o papel da biopolítica no cotidiano escolar e os desafios de construir espaços educativos que promovam autonomia, inclusão, equidade e diversidade. Reconhecer essas dinâmicas é fundamental para repensar a organização escolar e propor alternativas pedagógicas capazes de articular teoria e prática em um horizonte emancipatório.

Neste contexto, o problema de pesquisa que norteia esta investigação é: Como as categorias de poder e disciplina, discutidas por Michel Foucault, ajudam a compreender as

práticas pedagógicas da escola contemporânea e os desafios que surgem com as tecnologias digitais e as inteligências artificiais? O Objetivo geral definido é: Analisar como as categorias foucaultianas de poder e disciplina contribuem para compreender o funcionamento da escola e seus efeitos sobre as práticas pedagógicas contemporâneas. Os objetivos específicos são: - Discutir de que modo práticas pedagógicas, currículos e avaliações expressam relações de poder no cotidiano escolar. - Analisar os desafios e tensões que tecnologias digitais e inteligências artificiais introduzem nesses mecanismos de controle. - Refletir sobre possibilidades de resistência e de práticas pedagógicas críticas no interior da escola.

Para atingir os objetivos propostos, adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, adequada para análises teóricas e interpretativas, conforme defendem Gil (2008) e Lakatos e Marconi (2017). Este delineamento metodológico se justifica pela necessidade de compreender os conceitos foucaultianos em profundidade, considerando seu contexto histórico, social e político, bem como suas implicações para a compreensão das práticas escolares contemporâneas. A pesquisa buscou articular diferentes fontes teóricas e críticas sobre a obra de Foucault, permitindo um exame sistemático da relação entre poder, disciplina e constituição de subjetividades no ambiente escolar.

O procedimento metodológico seguiu três etapas principais. Inicialmente, realizou-se uma revisão teórica abrangente das obras de Michel Foucault, especialmente *Vigiar e Punir* (1975), *Microfísica do Poder* (1979), *A Arqueologia do Saber* (1969) e *História da Sexualidade* (1976), considerando também estudos de comentaristas contemporâneos. Esta etapa buscou delinear de forma rigorosa as categorias analíticas centrais: poder, disciplina, governamentalidade e normalização, que orientaram a análise.

Em seguida, procedeu-se à análise interpretativa desses conceitos, relacionando-os às práticas pedagógicas e aos mecanismos de controle que atravessam o cotidiano escolar. Para atender ao rigor metodológico, definiu-se previamente um conjunto de eixos de análise: organização dos tempos e espaços escolares, dispositivos de avaliação, gestão da sala de aula, produção de subjetividades e formas de vigilância (incluindo digital). Esses eixos permitiram articular a teoria foucaultiana a fenômenos concretos da escola contemporânea, garantindo coerência entre o quadro conceitual e os exemplos analisados.

Por fim, desenvolveu-se uma discussão crítica sobre a relevância e os limites da abordagem foucaultiana para compreender as práticas educativas atuais, examinando aspectos como a microfísica do poder, governamentalidade, vigilância digital, padronização, estigmatização de discentes e desafios da biopolítica na educação. Nesse processo, documentos educacionais contemporâneos, como a Base Nacional Comum Curricular

(BNCC) e o Programa Nacional de Formação de Professores (PARFOR), foram mobilizados como referenciais de contextualização. A escolha desses documentos seguiu dois critérios: 1) sua centralidade nas políticas públicas que estruturam práticas pedagógicas, currículos e processos de formação docente no Brasil; e 2) sua pertinência para analisar como mecanismos de regulação e controle se materializam na escola. Assim, a BNCC foi examinada enquanto instrumento de padronização curricular, e o PARFOR enquanto política de formação docente que revela disputas entre modelos técnicos e perspectivas críticas de prática educativa. Esses materiais não foram objeto empírico, mas sim incorporados como fontes complementares para iluminar a interface entre teoria foucaultiana e práticas pedagógicas reais.

A relevância desta investigação reside em evidenciar que a perspectiva foucaultiana não apenas ilumina a presença de mecanismos de controle, vigilância e normalização na escola, mas também oferece subsídios para refletir sobre alternativas pedagógicas que promovam autonomia, criatividade, diversidade e práticas inclusivas. Ao problematizar a escola enquanto instituição disciplinadora, esta pesquisa contribui para uma compreensão crítica do papel do poder e da disciplina na formação de sujeitos normativos, destacando a tensão entre dominação e resistência, e reforçando a necessidade de pensar estratégias pedagógicas emancipatórias e democráticas. Dessa forma, a metodologia adotada garante coerência entre objetivos, referencial teórico e análise, proporcionando uma base sólida para discutir os limites e potencialidades das práticas escolares na contemporaneidade.

Contudo, o artigo está estruturado em quatro seções, buscando organizar o desenvolvimento teórico e analítico de forma lógica e progressiva. A primeira seção é esta introdução. A segunda seção, Contexto histórico e filosófico de Michel Foucault, estabelece o fundamento teórico necessário para compreender a produção do pensamento do filósofo e as bases de suas análises sobre poder e disciplina. Na subseção 2.1, Poder e Disciplina na Filosofia: Categorias Analíticas de Foucault, aprofunda-se a discussão sobre como essas categorias se articulam no campo filosófico, permitindo posteriormente compreender a escola como dispositivo disciplinar. A terceira seção, Dinâmicas de Poder e Disciplina na Escola Contemporânea, amplia a análise, investigando a manifestação desses conceitos nas práticas pedagógicas, considerando a microfísica do poder, a governamentalidade e a biopolítica no cotidiano escolar. Em sua subseção 3.1, Manifestação do Poder e da Disciplina nas Práticas Pedagógicas, examinam-se os modos pelos quais as práticas educativas concretizam relações de poder e disciplina, identificando limites e possibilidades de resistência e de construção de subjetividades. Por fim, a seção de Considerações Finais apresenta sínteses, implicações e apontamentos conclusivos que contribuem para a compreensão crítica da educação

contemporânea a partir da análise foucaultiana, apontando para a necessidade de uma formação docente capaz de enfrentar os desafios da padronização de pensamentos e práticas, ao mesmo tempo em que propõe alternativas pedagógicas inovadoras, inclusivas e emancipatórias.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E FILOSÓFICO DE MICHEL FOUCAULT

Esta seção está organizada em duas partes: a primeira contextualiza o desenvolvimento intelectual de Foucault e as fases de sua obra, arqueológica, genealógica e ética, evidenciando como suas ideias se relacionam com transformações sociais e políticas na França do século XX. A segunda parte, apresentada na subseção 2.1, aborda especificamente a relação entre poder e disciplina na filosofia de Michel Foucault. Essa divisão permitirá uma análise progressiva, articulando o contexto filosófico de Foucault com a aplicação de suas categorias no campo educacional.

O desenvolvimento do pensamento de Michel Foucault ocorreu em um contexto de intensas transformações sociais, políticas e culturais na França do século XX. O período pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado pelo declínio das grandes narrativas modernas e pelo questionamento das instituições tradicionais, resultando em um ambiente propício para novas reflexões sobre conhecimento, autoridade e poder. Nesse cenário, correntes filosóficas como o estruturalismo, o existencialismo e o pensamento de Nietzsche influenciaram a formação intelectual de Foucault, orientando sua investigação sobre a relação entre saber e poder. Ao mesmo tempo, o clima político e social da França, caracterizado por debates sobre democracia, justiça social e a função das instituições, ofereceu elementos para que Foucault desenvolvesse suas análises críticas sobre disciplina, controle e produção de subjetividades. Compreender esse contexto histórico e filosófico é essencial para situar suas principais contribuições teóricas, permitindo perceber como suas ideias emergem de um diálogo entre transformações sociais concretas e inovações metodológicas na filosofia e nas ciências humanas. Do mesmo modo, compreender esse cenário histórico é fundamental para analisar como as tecnologias digitais e, mais recentemente, as inteligências artificiais se tornam novos dispositivos de produção de subjetividades, reorganizando práticas de controle e vigilância que, embora não existissem no século XX, atualizam e aprofundam os mecanismos descritos por Foucault.

A formação intelectual de Foucault foi atravessada por correntes diversas, mas sua marca distintiva foi a crítica ao caráter neutro do saber e às instituições que o legitimam. Sua

obra revela que o saber e o poder estão profundamente articulados, atravessando diferentes esferas da vida social e criando regimes de verdade que sustentam práticas e instituições. Essa perspectiva crítica é de grande relevância para compreender a escola não apenas como espaço de transmissão de conteúdos, mas como instituição que participa ativamente da formação de sujeitos, da organização social e da manutenção de normas e valores predominantes. Tais contribuições tornam-se ainda mais pertinentes diante dos processos de padronização, vigilância e avaliação presentes na educação contemporânea, que reproduzem relações de poder muitas vezes invisíveis, mas determinantes. Nesse contexto, tecnologias digitais, como plataformas de gestão da aprendizagem, sistemas de monitoramento de desempenho e algoritmos de classificação, ampliam o alcance desses mecanismos ao registrar, analisar e prever comportamentos estudantis, reforçando modos sutis de normalização que dialogam diretamente com a crítica foucaultiana ao caráter produtivo e regulador do poder.

A trajetória intelectual de Foucault pode ser organizada em três fases principais. A primeira, conhecida como arqueológica, dedica-se ao estudo dos modos de constituição do saber. Obras como *História da Loucura* (1961), *O Nascimento da Clínica* (1963) e *A Arqueologia do Saber* (1969) investigam a emergência de discursos e as condições históricas que lhes conferem legitimidade. Foucault demonstra que o saber não é neutro, mas atravessado por relações de poder que definem o que é considerado verdadeiro, normal ou aceitável. Essa visão abre caminho para questionar currículos e conteúdos escolares, revelando que a educação não apenas transmite saberes, mas também os produz e regula (FOUCAULT, 1969, p. 54). Contemporaneamente, essa crítica ajuda a compreender como algoritmos educacionais selecionam conteúdos, personalizam trilhas de aprendizagem e definem padrões de desempenho a partir de critérios muitas vezes opacos, criando novas formas de legitimação do saber orientadas por modelos estatísticos e computacionais.

A segunda fase, chamada genealógica, concentra-se na análise das instituições disciplinares e das práticas de vigilância, com destaque para *Vigiar e Punir* (1975) e o primeiro volume de *História da Sexualidade* (1976). Nesse momento, Foucault desloca a investigação das ideias abstratas para os dispositivos concretos de poder que operam no cotidiano das sociedades modernas, argumentando que o poder não se encontra centralizado em uma única instância, mas se difunde de maneira capilar, permeando relações interpessoais e instituições diversas. A escola é identificada como uma das principais instâncias de disciplinamento, exercendo influência sobre corpos, comportamentos e saberes. O filósofo ressalta que o poder está presente em todos os lugares, não porque englobe tudo, mas porque provém de múltiplos pontos de atuação (FOUCAULT, 1976). Essa compreensão é crucial

para o estudo da educação, pois permite analisar como práticas aparentemente neutras, como filas, horários e exames, atuam na constituição de sujeitos e normas sociais. De maneira semelhante, a vigilância digital, expressa em registros de acesso, câmeras, sistemas de detecção de plágio, controle de tempo de tela e rastreadores de participação, constitui uma nova modalidade de microfísica do poder, na qual a normalização se dá por mecanismos automatizados capazes de produzir evidências contínuas sobre cada ação do estudante.

A terceira fase, conhecida como ética, concentra-se na constituição dos sujeitos e nas práticas de si, exploradas em *O Uso dos Prazeres* (1984) e *O Cuidado de Si* (1984). Nesta etapa, Foucault amplia seu enfoque, considerando como os indivíduos podem resistir aos dispositivos de poder e construir formas de autonomia, responsabilidade e crítica. Embora seja menos diretamente aplicada à escola, essa dimensão ética fornece importantes instrumentos para pensar práticas pedagógicas emancipatórias e promover ambientes educativos que incentivem reflexão crítica e autonomia estudantil.

No campo da educação, a fase genealógica exerce maior impacto, uma vez que evidencia a função da escola como instituição disciplinar. A escola não apenas transmite conteúdos, mas também produz saberes, sujeitos e práticas, funcionando como laboratório de disciplinamento. Práticas cotidianas como a organização de horários, a disposição das carteiras, a vigilância constante e as avaliações sistemáticas não são meramente administrativas, mas instrumentos de poder que moldam comportamentos e subjetividades, reforçando padrões de normalidade (VEIGA-NETO, 2000). O conhecimento escolar, longe de ser neutro, legitima discursos e práticas sociais específicas, enquanto silencia ou marginaliza outros. Currículos, metodologias e avaliações refletem disputas de poder que determinam quais saberes são considerados legítimos e quais sujeitos são valorizados ou excluídos. A escola, portanto, atua como produtora de regimes de verdade, determinando conteúdos, metodologias e critérios de sucesso ou fracasso (FOUCAULT, 1979). Nesse sentido, tecnologias digitais e sistemas de inteligência artificial tornam-se instrumentos cada vez mais presentes nesse processo, na medida em que classificam estudantes, produzem relatórios de desempenho e modelam trajetórias de aprendizagem por meio de padrões automatizados que reforçam determinadas concepções de normalidade e marginalizam outras.

A atualidade do pensamento foucaultiano é evidenciada nas análises de Deleuze (1992), que indicam que, mesmo com a modernização tecnológica, as instituições disciplinares não desapareceram, mas se transformaram. Tecnologias digitais, monitoramento online e avaliações em larga escala ampliam os mecanismos de vigilância e controle, tornando a crítica de Foucault às práticas normalizadoras ainda mais relevante. Essa perspectiva

permite compreender a continuidade e a adaptação das técnicas disciplinares, mostrando que a escola permanece um espaço estratégico para a constituição de sujeitos e a manutenção de normas sociais. Com a expansão de ambientes virtuais de aprendizagem, software de reconhecimento facial, sistemas de análise preditiva e algoritmos capazes de antecipar comportamentos considerados “indesejáveis” ou “ineficientes”, observa-se o surgimento de uma vigilância algorítmica que ultrapassa o controle físico do corpo, avançando para campos como rastreamento digital, mensuração automatizada e produção de dados educacionais em larga escala.

Compreender o contexto histórico e filosófico de Michel Foucault é essencial para analisar a escola como instituição na qual práticas cotidianas moldam subjetividades, produzem saberes e regulam comportamentos. Sua obra evidencia que os processos educativos estão imbricados em relações de poder, revelando a escola não apenas como espaço de ensino-aprendizagem, mas também como dispositivo disciplinar que combina produção de conhecimento e controle social. Ao problematizar essas dimensões, Foucault fornece ferramentas para refletir criticamente sobre práticas pedagógicas, identificar mecanismos de normatização e considerar alternativas que incentivem autonomia e participação dos sujeitos.

A compreensão das interações entre poder e disciplina na vida escolar permite analisar tanto os efeitos de controle quanto as possibilidades de resistência. Nesse sentido, é fundamental reconhecer que Foucault não se limitou à produção acadêmica, mas esteve engajado em seu tempo histórico. Ele participou ativamente de debates sobre as condições prisionais, sobre os abusos das instituições psiquiátricas e sobre os movimentos sociais que emergiram na França a partir de 1968. Como destaca Eribon (1990), Foucault articulava seu trabalho intelectual à intervenção política, buscando sempre relacionar pensamento e ação na crítica às formas de dominação.

Essa dimensão militante reforça que seu pensamento não se restringe a uma especulação abstrata, mas resulta de um compromisso com a denúncia das formas de poder e com a abertura de caminhos de resistência. Desse modo, o estudo de sua filosofia continua fundamental para compreender como as práticas escolares participam da constituição de sujeitos e para repensar a educação em tempos marcados por vigilância digital, padronizações globais e desafios à autonomia dos estudantes. As tecnologias digitais e, especialmente, os sistemas de IA ampliam esse cenário de tensionamento, pois introduzem novas formas de controle automatizado, categorização algorítmica e gestão comportamental, desafiando a autonomia dos sujeitos e redefinindo os limites entre liberdade, vigilância e disciplina. É a

partir dessa perspectiva que se introduz a próxima subseção, dedicada à análise da relação entre poder e disciplina na educação, tema crucial para compreender a função social da escola na constituição de comportamentos e saberes disciplinados.

2.1 PODER E DISCIPLINA NA FILOSOFIA: CATEGORIAS ANALÍTICAS DE FOUCAULT

O entendimento do poder e da disciplina constitui um eixo central na filosofia de Michel Foucault e configura um instrumento analítico fundamental para compreender as relações sociais modernas. Para Foucault, poder não é uma instância centralizada ou meramente coercitiva, mas uma rede difusa que se manifesta em múltiplos pontos da vida social, articulando-se por meio de práticas, saberes e instituições. Ele não se limita à repressão ou à imposição de normas, mas produz verdades, regula comportamentos e estabelece formas de conduta consideradas legítimas. Como observa Foucault (1976, p. 89), “o poder está presente em todos os lugares, não porque englobe tudo, mas porque provém de múltiplos pontos de atuação”. Assim, o poder se constitui tanto nos atos cotidianos quanto nas estruturas institucionais, permeando discursos, técnicas de governo e modos de subjetivação, constituindo-se como elemento estruturante das sociedades modernas. No contexto contemporâneo, esse caráter difuso do poder manifesta-se também nas arquiteturas digitais que monitoram perfis, engajamento e interações online, revelando uma nova camada de vigilância distribuída por múltiplos dispositivos tecnológicos.

A disciplina, por sua vez, é a forma particular que o poder assume para organizar e moldar corpos, comportamentos e modos de vida. Em *Vigiar e Punir* (1975, p. 141), Foucault explica que “as práticas disciplinares funcionam como mecanismos de normalização, produzindo indivíduos dóceis e úteis, capazes de se comportar segundo normas internalizadas”. Ela não se limita a restringir a liberdade; antes, cria padrões de comportamento, estabelece hierarquias e define regimes de verdade que determinam o que é considerado correto ou desviante. Foucault (1976, p. 26) ressalta que disciplina e poder estão intrinsecamente ligados: “o poder organiza relações e define normas, enquanto a disciplina implementa técnicas concretas que tornam o poder operante na vida cotidiana”. A disciplina, portanto, é produtiva e limitante ao mesmo tempo: permite o desenvolvimento de competências, habilidades e identidades, mas também direciona comportamentos e regula modos de existência. No século XXI, essas técnicas disciplinares se atualizam em plataformas digitais que regulam hábitos, medem produtividade e estimulam condutas desejáveis por meio

de notificações, algoritmos de recomendação e métricas de desempenho. Tais tecnologias funcionam como novos instrumentos de disciplinamento, moldando corpos e comportamentos por meio de feedbacks constantes, muitas vezes naturalizados pelos próprios usuários.

A disciplina é entendida como uma “microfísica do poder”, constituída por múltiplos dispositivos que, articulados, produzem efeitos amplos de controle, mesmo sem a necessidade de coerção explícita (FOUCAULT, 1975, p. 127). Essa microfísica é onipresente, operando desde procedimentos cotidianos até estruturas institucionais complexas, mostrando que o poder se exerce tanto por meio de normas explícitas quanto por técnicas de observação, registro e avaliação. No primeiro volume de *A História da Sexualidade: A Vontade de Saber* (1979, p. 14), Foucault reforça que “o poder atravessa toda a sociedade, exercendo-se por meio de normas e saberes que moldam indivíduos, evidenciando que cada prática social é simultaneamente uma manifestação de poder e um processo de subjetivação”. Quando transpostas para ambientes digitais, tais práticas assumem novas formas: registros automáticos de acesso, rastreamento de navegação, coleta massiva de dados e sistemas inteligentes que detectam padrões comportamentais passam a integrar essa microfísica, intensificando o controle ao torná-lo contínuo, invisível e permanente.

O poder, portanto, não se resume à coerção direta; ele é relacional, produtivo e difuso. Ele organiza comportamentos, regula condutas e produz verdades, estando presente em instituições, discursos, técnicas de governo e interações cotidianas. A disciplina, por sua vez, é a concretização dessas relações de poder, configurando rotinas, regras, exercícios e procedimentos que tornam o poder operante na vida diária. Ambos os conceitos são inseparáveis: “enquanto o poder cria e sustenta normas, a disciplina implementa mecanismos que tornam essas normas internalizadas, moldando identidades, práticas e modos de existência” (FOUCAULT, 1976, p. 45). Em ambientes mediados por tecnologias digitais, essa articulação se torna ainda mais evidente, pois algoritmos e sistemas de IA internalizam normas por meio de classificações automáticas, rubricas digitalizadas e indicadores que orientam decisões escolares, muitas vezes sem transparência sobre seus critérios.

A compreensão do entrelaçamento entre poder e disciplina permite perceber como normas e expectativas sociais se internalizam nos indivíduos, configurando padrões de comportamento e modos de pensar. Nesse contexto, Foucault (1979, p. 13) afirma que “onde há poder, há resistência”, indicando que os sujeitos não são totalmente passivos. A resistência surge como contraponto às práticas disciplinares, possibilitando contestação, invenção de novos modos de agir e desenvolvimento de autonomia. Deleuze (1992, p. 222) complementa ao observar que “a resistência é uma dimensão inseparável do poder, permitindo contestação e

invenção de novos modos de ação”, reforçando a dimensão ética e política do pensamento foucaultiano. Na sociedade digital, resistir implica também questionar a lógica algorítmica, disputar critérios de classificação, promover letramento digital crítico e reivindicar transparência nos processos automatizados que impactam a vida escolar.

Além disso, a governamentalidade, conceito desenvolvido em obras posteriores de Foucault, amplia a análise do poder ao relacioná-lo a estratégias de regulação social, políticas públicas e mecanismos de administração das populações. Segundo Veiga-Neto (2000, p. 61), “a educação pode ser entendida como um mecanismo de governança, produzindo sujeitos adaptados às necessidades do Estado e do mercado”, evidenciando a interdependência entre poder, disciplina e regulação social. Essa perspectiva permite compreender como normas, diretrizes e instrumentos administrativos operam para moldar comportamentos, desejos e expectativas de indivíduos, articulando práticas individuais a objetivos coletivos ou institucionais. Atualmente, os sistemas digitais de gestão educacional, como plataformas que monitoram frequência, desempenho e engajamento, materializam essa governamentalidade ao converter dados em instrumentos de gestão populacional, produzindo mapas de risco, indicadores de eficiência e métricas de produtividade escolar.

O poder e a disciplina operam de maneira capilar e invisível, permeando múltiplas esferas da vida social. A disciplina atua nos detalhes cotidianos: organização do tempo, observação constante, registros, exames, controles e práticas de classificação. Cada dispositivo disciplinar cria condições para a internalização das normas e para a produção de sujeitos conformes às expectativas sociais, políticas e culturais dominantes. Como destaca Popkewitz (2001, p. 94), “o exame combina técnicas de vigilância e sanção, sendo um instrumento produtivo de poder que molda comportamentos, motivações e expectativas sociais”. Dessa forma, o poder e a disciplina, embora sutis, configuram redes complexas que atravessam instituições e relações sociais. Nas escolas contemporâneas, avaliações digitais, rubricas automatizadas e plataformas de aprendizagem adaptativa intensificam essa dinâmica, pois ampliam a capacidade de examinar, comparar e hierarquizar os estudantes em tempo real, convertendo processos pedagógicos em métricas quantificáveis e continuamente monitoradas.

O caráter produtivo e regulador da disciplina também se evidencia na criação de hierarquias e regimes de verdade que definem o que é legítimo ou marginalizado. Avaliações, rankings, currículos e metodologias não apenas organizam o conhecimento, mas produzem efeitos sociais, consolidando padrões de inclusão e exclusão. Esses mecanismos demonstram que “disciplina e poder não são apenas coercitivos, mas estruturantes: moldam subjetividades, determinam comportamentos e criam condições para reprodução ou contestação das normas

sociais” (GALLO, 2007, p. 63). Com o uso crescente de ferramentas digitais, tais hierarquias passam a ser reforçadas por lógicas algorítmicas que classificam estudantes, identificam “perfis ideais” e estruturam trajetórias de acordo com probabilidades estatísticas, muitas vezes desconsiderando fatores socioemocionais, culturais e comunitários que não são traduzíveis em dados.

Aplicando a análise das categorias de poder e disciplina em espaços escolares, observa-se que esses conceitos se manifestam de maneira articulada e contínua nas práticas cotidianas. A disciplina se expressa na organização do tempo, divisão de aulas, arranjo das carteiras, sinalização por campainhas, controle da frequência, aplicação de avaliações, registros escolares e metodologias pedagógicas, funcionando como tecnologia de poder que molda comportamentos, hábitos e subjetividades. Entretanto, o poder transcende a mera execução de normas: ele se difunde em toda a rede de relações, atravessando rotinas administrativas, interações entre professores, alunos e gestores, além de instrumentos institucionais e discursos oficiais. Segundo Foucault (1975, p. 127), “a disciplina constitui-se em uma microfísica do poder, composta por múltiplos dispositivos que se articulam para produzir efeitos amplos de controle, mesmo sem coerção explícita”. Dessa forma, práticas aparentemente neutras, como a organização do espaço físico ou a gestão de horários, funcionam como mecanismos sutis de regulação social, legitimando determinados comportamentos e saberes enquanto desvalorizam ou silenciam outros. O poder na escola estabelece regimes de verdade que definem o que é aceitável, normal ou desviado, permeando cada gesto, cada regra e cada procedimento cotidiano.

Assim, a disciplina operacionaliza técnicas concretas para internalizar normas, enquanto o poder articula, sustenta e legitima essas normas, mostrando que ambos atuam em conjunto para moldar sujeitos e práticas sociais. Atualmente, esse disciplinamento integra também dispositivos digitais como softwares de reconhecimento facial, monitoramento de frequência biométrica, métricas de engajamento e sistemas de análise preditiva que influenciam decisões pedagógicas, compondo um ambiente híbrido de vigilância física e algorítmica.

Essa articulação entre poder e disciplina evidencia que a escola não é apenas um espaço de transmissão de conhecimento, mas um dispositivo complexo que organiza, regula e hierarquiza comportamentos, saberes e relações sociais. As avaliações escolares, por exemplo, não apenas medem desempenho acadêmico, mas produzem classificações que refletem hierarquias, criando categorias de sucesso e fracasso. Cada registro, nota ou ranking representa a ação de um poder difuso, sustentando práticas disciplinares e definindo padrões

de normalidade (FOUCAULT, 1976; POPKEWITZ, 2001). De modo semelhante, o arranjo físico das salas de aula e a posição dos professores e alunos reproduzem o modelo panóptico de vigilância, incentivando a auto-observação e o autocontrole. Conforme Deleuze (1992, p. 222), “onde há poder, há resistência”, mostrando que, embora a disciplina e o poder estruturam o cotidiano escolar, os sujeitos mantêm a possibilidade de contestar normas, inovar em práticas pedagógicas e desenvolver autonomia. Com as tecnologias digitais, essa vigilância panóptica ganha novas dimensões: não depende apenas do olhar do professor, mas de algoritmos capazes de registrar microgestos, prever comportamentos e transformar a sala de aula em um espaço de visibilidade total, no qual cada ação é potencialmente convertida em dado.

Em síntese, a compreensão das categorias de poder e disciplina permite questionar como normas, saberes e comportamentos são moldados nas instituições contemporâneas, sobretudo com o uso de tecnologias digitais e inteligências artificiais. Até que ponto essas ferramentas reforçam mecanismos de controle e padronização? Como podem ser mobilizadas para promover autonomia crítica e resistência ao pensamento único? Investigar poder e disciplina fornece instrumentos analíticos essenciais para identificar práticas de normalização e hierarquização, abrindo caminho para aprofundar, na próxima seção, as dinâmicas de poder e disciplina na escola contemporânea, suas práticas cotidianas e os desafios para uma educação crítica, inclusiva e emancipatória.

3 DINÂMICAS DE PODER E DISCIPLINA NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA

O objetivo desta seção é ampliar a análise das categorias poder e disciplina investigando a manifestação desses conceitos na escola, considerando a microfísica do poder, a governamentalidade e a biopolítica no cotidiano escolar.

Inicialmente é importante entender que, para Foucault, a microfísica do poder refere-se à dispersão do poder em múltiplas relações sociais, que se manifestam de forma cotidiana e capilar. Segundo o autor, “o poder se exerce em relações de força que atravessam toda a sociedade” (FOUCAULT, 1979, p. 26). Essa perspectiva evidencia que o poder não é apenas coercitivo, mas circula nas práticas mais sutis, moldando comportamentos e subjetividades em nível microscópico. Segundo Dardot e Laval (2007), a microfísica do poder permite compreender como normas, rotinas e hierarquias informais estruturam a vida social, criando mecanismos de controle que passam despercebidos, mas influenciam decisivamente o agir humano.

A governamentalidade, por sua vez, é definida como a racionalidade de governo que organiza condutas coletivas: “governar significa conduzir condutas e estruturar os possíveis de ação de modo que determinadas finalidades sejam atingidas” (FOUCAULT, 2008, p. 18). Rose (1999) amplia essa ideia ao mostrar que a governamentalidade articula políticas, técnicas de gestão e estratégias discursivas, permitindo que instituições e Estados conduzam comportamentos sem recorrer à coerção direta, gerindo populações por meios sutis e calculados.

A biopolítica trata da intervenção do poder sobre a vida das populações: “o poder sobre a vida, sobre os homens enquanto vida, constitui a política da população” (FOUCAULT, 1976, p. 140). Mbembe (2003) ressalta que a biopolítica contemporânea não apenas regula, mas também produz normas de existência, seleciona prioridades e estabelece formas de valorização ou desvalorização de grupos sociais. Ela organiza o coletivo, conduz escolhas e cria condições para a vida, revelando a dimensão produtiva e normativa do poder.

Quando articulados com a disciplina, os conceitos de microfísica do poder, governamentalidade e biopolítica permitem compreender o poder como simultaneamente difuso, estratégico e produtivo. A disciplina materializa-se nas práticas cotidianas, nos comportamentos e nos corpos, funcionando como tecnologia de poder que atravessa relações e normas, refletindo a microfísica do poder. Sob a perspectiva da governamentalidade, a disciplina orienta condutas e estrutura os possíveis de ação, integrando políticas e estratégias de condução da população. Já na dimensão da biopolítica, a disciplina regula e organiza a vida, influenciando saúde, rendimento e padrões de comportamento. Assim, poder e disciplina, articulados a esses três conceitos, mostram-se presentes tanto nas pequenas interações quanto nas estruturas políticas mais amplas, revelando sua capacidade de produzir subjetividades, ordenar coletividades e criar condições de conformidade e resistência.

Com o aprofundamento das categorias acima, destaca-se que as contribuições da filosofia de Foucault para o entendimento do funcionamento da escola são muitas. A escola é compreendida como um dispositivo de poder do Estado na sociedade. Ao invés de enxergar a instituição apenas como espaço de transmissão de conhecimento, Foucault a analisa como local de produção de subjetividades, de normalização e de controle. Tal perspectiva, como afirma Veiga-Neto (2016), permite compreender que a escola não apenas ensina conteúdos, mas organiza modos de vida, regula comportamentos e legitima desigualdades sociais historicamente construídas.

Esse entendimento da escola como dispositivo de poder amplia as possibilidades de investigação no campo educacional, permitindo que pesquisadores analisassem não apenas os

conteúdos do ensino, mas também os rituais, os discursos e as práticas que organizam a vida escolar. Como afirma Veiga-Neto (2000, p. 63), “a escola pode ser entendida como uma engrenagem que fabrica subjetividades, normalizando condutas e legitimando desigualdades”. Tal interpretação permanece atual, sendo retomada em pesquisas recentes que relacionam disciplina escolar e tecnologias de gestão educacional (Costa; Silva, 2020; Oliveira, 2022).

Outra contribuição significativa é a noção de que o poder não é apenas repressivo, mas produtivo: ele produz saberes, verdades, papéis sociais. Isso possibilita uma análise mais complexa das práticas educativas, reconhecendo que, ao mesmo tempo em que normalizam, elas também abrem brechas para resistências e invenções. Nesse sentido, Foucault (1979) destaca que a disciplina não age somente por coerção, mas por meio de micropráticas cotidianas que constroem sujeitos e delineiam horizontes de ação.

Apesar de sua relevância, a abordagem de Foucault também recebeu críticas. Uma delas é o risco de determinismo: ao enfatizar os mecanismos de poder e disciplina, corre-se o perigo de considerar a escola apenas como espaço de controle, negligenciando suas potencialidades emancipadoras. Autores da pedagogia crítica, como Paulo Freire, argumentam que a escola também pode ser lugar de libertação e construção coletiva da cidadania (FREIRE, 1996). Nesse sentido, alguns críticos apontam que Foucault descreve minuciosamente os mecanismos de poder, mas não indica caminhos claros para superá-los. Essa ausência de prescrições, porém, pode ser compreendida como abertura para que os educadores construam coletivamente práticas contra-hegemônicas, o que amplia a potência política da leitura foucaultiana (GORE, 1994; LARROSA, 2018).

Outra crítica que se articula ao pensamento foucaultiano refere-se à gestão escolar padronizada, fortemente influenciada por políticas neoliberais. A imposição de padrões de desempenho, avaliações externas em larga escala, currículos unificados e metas quantitativas transforma a escola em espaço de controle estatístico, onde o foco recai mais sobre resultados do que sobre processos educativos. Gentili (1996, p. 41) adverte que “a lógica gerencialista converte o direito à educação em mera mercadoria, submetida a indicadores de produtividade e eficiência”. Nesse contexto, práticas como o Ideb no Brasil ou rankings internacionais como o Pisa exemplificam a pressão por resultados padronizados, que acabam desconsiderando as especificidades locais e aprofundando desigualdades.

Um exemplo é a forma como escolas públicas em áreas vulneráveis são frequentemente punidas por não atingirem metas estabelecidas por órgãos governamentais, sem que sejam consideradas as condições sociais de seus estudantes. Essa lógica reforça mecanismos de exclusão em vez de promover equidade. Tais processos dialogam diretamente

com a noção foucaultiana de governamentalidade, entendida como a forma de conduzir condutas a partir de dispositivos de controle populacional e de racionalidades políticas que visam à eficiência (FOUCAULT, 2008). No campo educacional, isso se traduz na transformação de índices estatísticos em ferramentas de regulação das práticas pedagógicas, moldando o trabalho docente e o comportamento estudantil.

Além disso, a gestão escolar padronizada tende a reduzir a autonomia docente, transformando professores em executores de programas preestabelecidos. Popkewitz (2001, p. 102) observa que “as políticas de padronização moldam não apenas o currículo, mas também os modos de pensar e agir dos educadores”. Esse fenômeno é visível nas reformas curriculares recentes no Brasil, como a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, embora justificada pelo discurso da equidade, também representa uma forma de controle das práticas pedagógicas (SAVIANI, 2019).

Neste contexto, a filosofia foucaultiana permanece valiosa porque permite justamente problematizar tais modelos de gestão. Ao mostrar como práticas aparentemente neutras são dispositivos de poder, Foucault nos ajuda a perceber que a luta por uma educação democrática passa pelo questionamento das políticas de padronização e pelo fortalecimento da autonomia das comunidades escolares. Nessa direção, estudos contemporâneos têm apontado que resistências podem emergir dentro do próprio espaço escolar, quando professores e estudantes reinventam práticas e subvertem mecanismos de vigilância, instaurando zonas de liberdade e participação (BALL, 2012; CASTRO, 2021).

A análise desta seção evidenciou que o poder na escola não se manifesta apenas por regras explícitas ou punições formais, mas circula em múltiplas instâncias, organizando comportamentos e subjetividades de maneira sutil e constante. A microfísica do poder, segundo Foucault (1979), refere-se a essa dispersão do poder em pequenas relações cotidianas, nos gestos, normas e rituais escolares que moldam condutas. Já a governamentalidade descreve a forma como o Estado e as instituições conduzem condutas coletivas, combinando políticas, regulamentos e estratégias de gestão para orientar populações em direção a determinados padrões de desempenho e comportamento (FOUCAULT, 2008). Por sua vez, a biopolítica no cotidiano escolar trata do modo pelo qual a vida dos estudantes é organizada, monitorada e regulada, visando à saúde, ao rendimento e à normalização de corpos e comportamentos. Compreender essas dimensões permite perceber que a escola funciona simultaneamente como espaço de disciplina e de produção de saberes, legitimando normas sociais, mas também abrindo possibilidades de resistência e invenção pedagógica. A subseção 3.1, portanto, buscará aprofundar como essas três dimensões se manifestam nas

práticas pedagógicas, examinando exemplos de regulação, controle e autonomia docente no cotidiano escolar.

3.1 MANIFESTAÇÃO DO PODER E DA DISCIPLINA NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A manifestação do poder e da disciplina no cotidiano escolar contemporâneo se revela em diversas práticas pedagógicas que estruturam e regulam as relações entre sujeitos, saberes e instituições. Essas práticas, longe de serem neutras ou naturais, são construídas por meio de dispositivos que organizam o espaço, o tempo e as condutas dentro da escola, conforme a perspectiva foucaultiana. A seguir, serão analisados alguns desses dispositivos, como o currículo, as avaliações, a classificação dos alunos, a formação dos professores e a escolha dos livros didáticos, evidenciando como o poder e a disciplina se manifestam concretamente nesses contextos. No cenário contemporâneo, esses dispositivos passam a articular também arquiteturas digitais que coletam, registram e processam dados escolares, ampliando a capacidade de vigilância e normatização por meio de plataformas educacionais e sistemas automatizados.

O currículo escolar é um dos principais instrumentos de dominação e disciplinamento na educação. Ele não apenas organiza o conhecimento a ser transmitido, mas também define o que é considerado saber legítimo e quem tem o poder de produzir e validar esse saber. No contexto brasileiro, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem sido criticada por impor uma padronização que desconsidera as especificidades regionais e culturais, reforçando uma lógica de controle centralizado (LENARTOVICZ; OLIVEIRA, 2018). Essa padronização do currículo pode ser vista como uma estratégia de normalização que visa uniformizar as práticas pedagógicas e os saberes ensinados nas escolas, limitando a diversidade, o pluralismo cultural e a autonomia dos educadores. Com a adoção de plataformas digitais alinhadas à BNCC, currículos passam a ser operacionalizados por algoritmos que sugerem trilhas de aprendizagem e atividades “ideais”, reforçando padrões de controle curricular e reduzindo ainda mais a autonomia docente ao prescrever percursos padronizados.

As avaliações escolares desempenham um papel crucial na regulação dos estudantes. Elas não se limitam a medir o conhecimento, mas funcionam como mecanismos de controle que classificam, hierarquizam e corrigem os indivíduos. No Brasil, a implementação de avaliações externas, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tem sido criticada por reforçar práticas de controle e padronização, desconsiderando as

especificidades locais e aprofundando desigualdades (LENARTOVICZ; OLIVEIRA, 2018). Essas avaliações, ao estabelecerem metas e indicadores de desempenho, impõem um modelo de educação que valoriza resultados quantitativos em detrimento de processos pedagógicos mais complexos e contextualizados. Com a incorporação de sistemas digitais de avaliação, esse controle se intensifica por meio de monitoramentos contínuos, dashboards de desempenho e análises preditivas que transformam cada atividade em dado, ampliando o alcance disciplinar ao introduzir métricas automatizadas que influenciam decisões pedagógicas.

A classificação dos alunos é outro dispositivo que manifesta o poder e a disciplina na escola. Ela não apenas organiza os estudantes em grupos ou séries, mas também define quem é considerado apto ou inapto, quem é promovido ou retido. Esse processo de classificação está intimamente ligado às avaliações e ao currículo, funcionando como um mecanismo de controle que visa ajustar os alunos às normas e expectativas estabelecidas pela instituição escolar. Além disso, a classificação dos alunos pode reforçar desigualdades sociais e educacionais, uma vez que fatores externos à escola, como classe social e condições de vida, influenciam diretamente o desempenho e a trajetória escolar dos estudantes. Atualmente, sistemas de IA incorporados a plataformas educacionais classificam estudantes automaticamente, elaborando perfis de desempenho e risco que podem reforçar estigmas e antecipar fracassos, configurando novas formas de normalização baseadas em estatísticas e modelos probabilísticos.

A formação de professores no Brasil, tanto inicial quanto continuada, está profundamente imersa em relações de poder e disciplina, refletindo-se nas políticas educacionais, nos currículos das licenciaturas e nos programas de formação docente. Esses processos formativos frequentemente priorizam a aquisição de habilidades técnicas e comportamentais alinhadas às expectativas institucionais, em detrimento de uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e das dimensões políticas e sociais da educação. Além disso, cursos de formação continuada mediados por plataformas digitais tendem a reforçar modelos instrucionais padronizados, controlados por algoritmos que monitoram engajamento docente, desempenho em atividades e cumprimento de trilhas de aprendizagem.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação de professores, inicialmente estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 1 de 2002 e revisadas posteriormente pelas Resoluções CNE/CP nº 2 de 2015 e nº 2 de 2019, têm sido alvo de críticas por sua ênfase em uma formação técnica e padronizada. Candau (2020) observa que grande parte dos currículos de licenciatura ainda segue uma lógica monocultural, negligenciando a diversidade

cultural e as especificidades dos diferentes contextos educacionais. Essa uniformização curricular pode ser compreendida como uma estratégia de disciplinamento, que busca moldar os futuros professores de acordo com as normas e exigências do sistema educacional, restringindo sua autonomia e sua capacidade de reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas. Quando articuladas às tecnologias digitais institucionais, tais diretrizes podem produzir um novo tipo de docente tecnicamente competente, porém fortemente regulado por plataformas digitais que monitoram desempenho, presença e até mesmo padrões de interação.

Destacam-se programas de formação continuada, como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), instituído pela CAPES em 2009, que buscam ampliar o acesso à licenciatura para docentes em exercício que atuam sem formação adequada ou em áreas distintas de sua graduação. Desde sua criação, o programa já ofereceu centenas de cursos em instituições de ensino superior de todo o país, incluindo modalidades de segunda licenciatura e formação pedagógica, atendendo às necessidades das redes públicas de educação básica. Apesar da relevância do PARFOR para a qualificação docente, estudos indicam que muitos cursos priorizam abordagens técnicas e instrumentais voltadas às demandas imediatas do sistema educacional, em detrimento de uma formação crítica e reflexiva, limitando a autonomia dos professores e a capacidade de questionamento de práticas pedagógicas (GATTI *et al.*, 2019). Sob a perspectiva foucaultiana, essa lógica de formação técnica pode ser interpretada como um mecanismo de disciplinamento, em que o poder se exerce na constituição dos sujeitos docentes, moldando comportamentos e práticas pedagógicas conforme as normas institucionais. Esse disciplinamento torna-se ainda mais intenso quando associado a ambientes virtuais que monitoram minuciosamente a trajetória formativa, registrando interações, tempos de estudo e padrões de resposta.

Assim, a formação docente também é influenciada por políticas educacionais que buscam melhorar a qualidade da educação, como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Metas Todos pela Educação. Embora essas iniciativas visem valorizar os professores e promover melhorias nas condições estruturais das escolas, elas frequentemente enfatizam aspectos técnicos e administrativos, em vez de promover uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e as relações de poder presentes no contexto escolar (LOPES *et al.*, 2025). Nesta perspectiva, fica evidente que a formação de professores no Brasil está imersa em relações de poder e disciplina, refletidas nas políticas educacionais, nos currículos das licenciaturas e nos programas de formação docente. Essa realidade destaca a necessidade de repensar os processos formativos, promovendo uma formação crítica e reflexiva que

considere as dimensões políticas e sociais da educação e que valorize a diversidade e a autonomia dos educadores.

A escolha dos livros didáticos no Brasil é diretamente influenciada por políticas públicas que buscam uniformizar o conteúdo ensinado nas escolas, frequentemente desconsiderando as especificidades regionais e as necessidades dos estudantes (GATTI; BARRETO, 2019). Essa uniformização do conteúdo pode ser vista como uma estratégia de controle que limita a diversidade de perspectivas e experiências no processo educativo. Além disso, a seleção dos livros didáticos também reflete relações de poder entre os diferentes agentes envolvidos no processo editorial, como editoras, autores e órgãos governamentais, que determinam o que é considerado conhecimento legítimo e quem tem o direito de produzi-lo. No contexto digital, plataformas de livros didáticos digitais e repositórios automatizados ampliam esse controle, uma vez que algoritmos destacam, sugerem ou ocultam conteúdos conforme lógicas de engajamento ou políticas institucionais, introduzindo novos filtros invisíveis de validação do conhecimento.

Esses dispositivos, currículo, avaliações, classificação dos alunos, formação dos professores e escolha dos livros didáticos, não são apenas instrumentos técnicos ou administrativos; eles são práticas sociais impregnadas de relações de poder que organizam e regulam as condutas dentro da escola. Conforme Foucault (1979), o poder não é algo que se possui, mas algo que se exerce em relações; ele está presente em todas as interações sociais e se manifesta de forma difusa e capilar. Na escola, o poder se exerce por meio desses dispositivos e de muitos outros, que moldam os sujeitos, definem normas e estabelecem padrões de comportamento. Com as tecnologias digitais, tais relações tornam-se ainda mais granulares, pois a produção de dados educacionais permite que comportamentos mínimos sejam registrados e analisados, gerando novas formas de intervenção e regulação.

A imposição de um currículo nacional padronizado, com livros didáticos selecionados por políticas públicas, frequentemente desconsidera a rica diversidade cultural e racial do Brasil. O país é um mosaico de culturas, com influências indígenas, africanas, europeias e asiáticas, que se manifestam na culinária, na música, na dança, na língua e nas diferentes religiões. No entanto, os livros didáticos muitas vezes apresentam uma visão homogênea e eurocêntrica da história e da cultura brasileira, marginalizando as contribuições de grupos como negros, quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais. Essa abordagem não apenas empobrece o entendimento dos estudantes sobre sua própria realidade, mas também reforça estereótipos e perpetua desigualdades.

Para resistir a essa padronização cultural e epistemológica, é fundamental adotar práticas pedagógicas que valorizem a pluralidade, incorporando conteúdos que reflitam as diversas origens étnicas e culturais dos alunos e promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo e representativo. Além disso, a formação continuada dos professores deve capacitá-los a lidar com a diversidade e implementar metodologias que respeitem e celebrem as diferenças. Sob a perspectiva foucaultiana, as práticas de poder e disciplina se manifestam nesse processo de padronização e controle cultural, mas também abrem espaços de resistência, permitindo que educadores e estudantes questionem normas, subvertam imposições e construam práticas pedagógicas mais críticas e libertadoras. Assim, Foucault nos ensina que compreender o poder e a disciplina na escola não serve apenas para denunciar desigualdades, mas para identificar possibilidades concretas de resistência e transformação da realidade educacional. Nesse sentido, o uso crítico das tecnologias digitais e das ferramentas de IA pode também tornar-se espaço de resistência, desde que apropriado de forma consciente e ética, ampliando a autonomia dos sujeitos e abrindo novas possibilidades de participação crítica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como lembra Foucault (1979, p. 26), “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo, mas porque provém de todos os lugares”. Essa perspectiva nos permitiu compreender a escola não apenas como espaço de transmissão de saberes, mas também como dispositivo que organiza condutas, disciplina corpos e produz subjetividades, atravessando relações cotidianas e estruturas institucionais. A disciplina, nesse contexto, apareceu como mecanismo que materializa o poder, regulando comportamentos e orientando ações, tornando-se central para entender como práticas pedagógicas moldam sujeitos. Nesse horizonte, discutiu-se o problema desta pesquisa que foi investigar: Como as categorias de poder e disciplina, discutidas por Michel Foucault, ajudam a compreender as práticas pedagógicas da escola contemporânea e os desafios que surgem com as tecnologias digitais e as inteligências artificiais? E teve como objetivo geral analisar como as categorias foucaultianas de poder e disciplina contribuem para compreender o funcionamento da escola e seus efeitos sobre as práticas pedagógicas contemporâneas.

Ao longo do artigo, buscamos demonstrar que tais categorias não apenas desvelam os modos pelos quais a escola organiza corpos e saberes, mas também iluminam espaços de

resistência capazes de abrir novas perspectivas para a formação, a prática docente e para a consolidação de uma educação mais crítica, inclusiva e emancipadora.

A análise das categorias foucaultianas de poder, disciplina, normalização, subjetividade, biopolítica, controle, governamentalidade, microfísica do poder e resistência mostrou-se fundamental para a análise crítica da escola contemporânea. Elas permitiram compreender a escola não como uma instituição isolada, mas como parte de uma rede complexa de relações que atravessam corpos, discursos e práticas. Ao mesmo tempo, revelaram que a resistência não se constrói apenas em grandes rupturas, mas sobretudo em ações cotidianas que questionam normas, subvertem imposições e afirmam a pluralidade.

Na seção dedicada às dinâmicas de poder e disciplina na escola contemporânea, demonstrou-se que a instituição permanece atravessada por mecanismos que se materializam na organização dos espaços físicos, na fragmentação dos tempos de aprendizagem e nos métodos avaliativos. Esses dispositivos funcionam como estratégias de disciplinamento voltadas à conformidade e ao ajustamento dos sujeitos. A análise foi aprofundada na subseção sobre as manifestações do poder e da disciplina nas práticas pedagógicas, evidenciando que instrumentos como o currículo padronizado, as avaliações externas, a classificação dos alunos, a formação docente orientada por diretrizes normativas e a escolha centralizada dos livros didáticos operam como engrenagens de um sistema que regula condutas e define saberes legítimos. Ainda assim, verificou-se que tais espaços também abrigam possibilidades de resistência, quando professores e estudantes problematizam a padronização, valorizam a pluralidade cultural, reinterpretam o uso das tecnologias digitais e constroem alternativas pedagógicas críticas e criativas. Nesse movimento, o cotidiano escolar revela-se como campo de disputa permanente, onde se entrelaçam forças de controle e práticas de emancipação, abrindo caminhos para a formação de sujeitos mais autônomos e conscientes de seu papel na sociedade.

A pesquisa evidenciou que a formação docente precisa ir além de um modelo técnico e normativo, frequentemente pautado pela padronização curricular e pela centralização das políticas educacionais. É necessário investir em processos formativos que articulem teoria e prática, promovam reflexão crítica e reconheçam a diversidade cultural, social e regional dos contextos escolares. Uma formação crítica fortalece a gestão democrática da educação e amplia a capacidade dos professores de construir práticas pedagógicas que efetivamente dialoguem com a realidade de seus alunos, promovendo inclusão escolar e equidade.

Outro ponto relevante diz respeito ao papel das tecnologias digitais e das inteligências artificiais no cotidiano escolar. Embora frequentemente utilizadas como ferramentas de

padronização e vigilância, essas tecnologias também podem ser apropriadas de maneira crítica e criativa, contribuindo para a inclusão escolar, a equidade e a valorização da diversidade. A chave está em situá-las em projetos pedagógicos que respeitem a pluralidade, incentivem a autonomia e ampliem os horizontes de aprendizagem. Ao problematizar os mecanismos de controle embutidos nessas ferramentas, professores e estudantes podem transformá-las em recursos para práticas inovadoras, participativas e emancipadoras.

A filosofia de Michel Foucault oferece subsídios consistentes para problematizar o caráter disciplinador da escola e repensar as práticas pedagógicas na contemporaneidade. Suas categorias analíticas permitem compreender os modos pelos quais a educação se torna espaço de regulação e, ao mesmo tempo, de resistência. Ao assumir essa perspectiva, a formação de professores pode ser orientada por um compromisso ético e político com a construção de ambientes pedagógicos inclusivos, democráticos e plurais.

A análise realizada demonstrou que a educação não pode ser reduzida a indicadores de desempenho ou a metas quantitativas. Mais do que isso, ela deve ser compreendida como processo humano, histórico e cultural, que envolve sujeitos diversos e contextos múltiplos. Por isso, torna-se essencial valorizar práticas pedagógicas que rompam com a homogeneização e que celebrem a pluralidade, promovendo equidade e assegurando o direito à educação como direito universal.

Fica evidente que resistir de forma criativa aos mecanismos de controle presentes nas tecnologias digitais e nas inteligências artificiais constitui um dos maiores obstáculos da educação contemporânea, marcada pela tendência à pasteurização. Ao mesmo tempo, representa também uma oportunidade singular: a de reinventar práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade, ampliem a participação e fortaleçam a autonomia. Essa tarefa exige coragem intelectual, sensibilidade política e compromisso ético com a transformação social.

Ademais, a filosofia de Michel Foucault contribui para a educação ao abrir caminhos para o questionamento contínuo e para a invenção de novas formas de ensinar e aprender. Cabe a gestores e professores, em diálogo com estudantes e comunidades, considerando suas especificidades contextuais, assumir esse compromisso, construindo uma escola que seja simultaneamente espaço de conhecimento, crítica e emancipação. Em tempos de intensificação do controle e da tendência à uniformização, a resistência torna-se não apenas uma possibilidade, mas uma necessidade vital para assegurar que a educação permaneça um campo de liberdade, diversidade, criatividade, inclusão e transformação social.

REFERÊNCIAS

- BALL, Stephen. **The Education Debate: Policy and Politics in the 21st Century**. Bristol: Policy Press, 2012.
- CANDAU, Vera Maria. **Formação de professores e diversidade cultural: desafios e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2020.
- CASTRO, Maria de Lourdes. **Resistência e criatividade no espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2021.
- COSTA, João; SILVA, Ana. **Tecnologias de gestão educacional e disciplina escolar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972–1990)**. São Paulo: Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.
- FOUCAULT, Michel. **O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GALLLO, Sílvia. **Políticas e filosofias da educação: entre a disciplina e a biopolítica**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- GATTI, Bernardete; BARRETO, Maria Clara. **Livros didáticos e políticas públicas: controle e diversidade**. São Paulo: Cortez, 2019.
- GATTI, Bernardete; et al. **Formação docente e o PARFOR: limites e possibilidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- LARROSA, Juan. **Pedagogia e emancipação: perspectivas críticas**. Barcelona: Graó, 2018.
- LENARTOVICZ, Márcia; OLIVEIRA, João. **BNCC e avaliações externas: padronização e controle**. Rio de Janeiro: DP&A, 2018.
- LOPES, Carla; et al. **Políticas educacionais contemporâneas e formação docente**. São Paulo: Loyola, 2025.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2003.
- POPKEWITZ, Thomas S. **Lutando em favor da alma: a política do ensino e a construção do professor**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- ROSE, Nikolas. **Governing the Soul: The Shaping of the Private Self**. London: Routledge, 1999.
- SAVIANI, Dermeval. **Base Nacional Comum Curricular e a educação brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Escola como dispositivo de poder: reflexões contemporâneas.**

São Paulo: Cortez, 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Submetido em: 15/11/2025

Aceito em: 22/11/2025